

## 281ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMPUR 24 DE JUNHO DE 2021

1 No dia vinte e quatro de junho de dois mil e vinte e um, às nove horas, o Conselho  
2 Municipal de Política Urbana – COMPUR, reunido virtualmente por meio da plataforma de  
3 videoconferência *Google Meet*, conforme condições determinadas pela Portaria SMPU Nº  
4 21/2020, e no pleno exercício de suas atribuições, instituídas pela Lei Municipal nº 11.181,  
5 de 08 de agosto de 2019, teve sua ducentésima octogésima primeira (281ª) sessão aberta  
6 pelo Vice Presidente do COMPUR, Conselheiro José Júlio Rodrigues Vieira. A sessão foi  
7 oficialmente iniciada face ao quórum obtido pela presença dos Conselheiros Titulares: José  
8 Júlio Rodrigues Vieira, Tatiana de Melo Braga, Lisandra Mara Silva, Silvio Higino de  
9 Rezende, Guilherme de Souza Barcelos, Jean Mattos Duarte, Rogério Carvalho Silva,  
10 Vereador Bráulio Lara, Elisabete de Andrade, Warley Rodrigues Araújo, Paulo Sérgio  
11 Campos Gomide, Armando Santos Guimarães, Renato Ferreira Machado Michel e Esterlino  
12 Luciano Campos Medrado. Estiveram presentes, também, os seguintes Conselheiros  
13 Suplentes: Gisella Cardoso Lobato, Pedro de Freitas Maciel Pinto, Felipe José Gontijo,  
14 Françoise Jean de Oliveira Souza, Tomás Alexandre Ahouagi, Rafael Rangel Giovanini,  
15 André Henrique de Brito Veloso, Filipe Marcos Horta Nunes, Alberto Enrique Dávila Bravo e  
16 Márcio Croso Soares. **1. Informes e manifestações gerais.** O Vice-Presidente do  
17 COMPUR, José Júlio Vieira, cumprimentou a todos e alertou o Conselho sobre o respeito  
18 ao horário de encerramento da reunião, que não pode extrapolar as 12h30min, em razão do  
19 contrato de gravação e transcrição das reuniões. Em seguida, informou que a 282ª Reunião  
20 Ordinária do COMPUR acontecerá no dia 15 de julho, conforme previsto no calendário  
21 previamente aprovado pelo Conselho. Na ocasião, pretende-se debater sobre o processo  
22 de eleições das entidades da sociedade civil com representação no Conselho para o Biênio  
23 de 2021-2023. O conselheiro Jean Mattos pediu a palavra para informar que o Município de  
24 Belo Horizonte recebeu o segundo lugar no ranking de facilidade de se empreender,  
25 publicado no relatório da empresa de consultoria Doing Business. Segundo o conselheiro,  
26 os dados são resultados das recentes políticas de simplificação, desburocratização e  
27 melhoria do ambiente de negócios promovidas pela Prefeitura de Belo Horizonte. O  
28 conselheiro Vereador Bráulio Lara solicitou orientações para submissão de proposta de  
29 moção em relação à preservação da Mata do Planalto. O conselheiro José Júlio informou  
30 que o documento deve ser enviado por e-mail à Gerência Executiva do COMPUR para que  
31 a proposta seja disponibilizada na página do COMPUR On-line no Portal da PBH, para  
32 então ser discutida e votada na próxima Reunião. O conselheiro Paulo Gomide sugeriu que  
33 a leitura da proposta de moção fosse realizada nesta reunião, para que todos tomassem  
34 conhecimento do assunto. O conselheiro Vereador Bráulio Lara realizou a leitura da moção,  
35 que solicita à Prefeitura a realização de uma permuta da área da Mata do Planalto, de forma  
36 que a Mata se torne um espaço público, e seu atual proprietário seja ressarcido com a  
37 posse de terreno do Município. Apresenta como alternativa, ainda, o uso do instrumento  
38 urbanístico de Transferência do Direito de Construir. A moção justifica que tais medidas  
39 respeitam o direito à propriedade privada e auxiliariam na preservação da Mata do Planalto,  
40 que possui importância ambiental significativa para a população do entorno e para o  
41 Município. Fátima Gottschalg destacou votação polêmica a respeito da Mata do Planalto  
42 que ocorreu recentemente na Câmara Municipal de Belo Horizonte e sugeriu que os  
43 moradores do entorno e que atuam na luta pela preservação da Mata fossem ouvidos sobre  
44 a proposta de moção. O conselheiro Vereador Bráulio Lara informou manter contato com os

45 moradores da região. O conselheiro José Júlio informou que a ata da 280ª Reunião  
46 Ordinária do Conselho não seria apreciada nesta reunião, pois a minuta não havia sido  
47 concluída em tempo hábil, e deu prosseguimento aos demais itens da pauta. **3. Aprovação**  
48 **da Pauta.** O conselheiro José Júlio colocou em discussão a pauta da 281ª Reunião  
49 Ordinária do Conselho. Não havendo manifestações contrárias, a pauta foi colocada em  
50 votação e aprovada pelo Plenário. **4. Assuntos para apreciação: 4.1. Matéria: Aprovação**  
51 **das medidas mitigadoras relativas à Condicionante 11 do PLU Nº 080.188/17.**  
52 **Processo: 01-080.188/17-46. Empreendimento: Minas Tênis Clube – Unidade I.**  
53 **Relatoria: Rogério Carvalho Silva.** O conselheiro Rogério Carvalho Silva realizou a leitura  
54 de seu parecer, relativo ao PLU do Minas Tênis Clube – Unidade 1. Na ocasião da  
55 aprovação da REIV, o empreendedor apresentou recurso com pedido de substituição da  
56 Condicionante 11, que solicita a remoção de todas as vagas de 45º existentes na Rua  
57 Espírito Santo e a implantação de estacionamento paralelo à calçada, de forma a aumentar  
58 a capacidade viária da rua. O recurso foi apreciado na 257ª Reunião Ordinária do  
59 COMPUR, no dia 27 de junho de 2019. Na ocasião, o Plenário aprovou a substituição da  
60 Condicionante por alguma medida a ser negociada entre o empreendedor e a BHTRANS, e,  
61 caso não houvesse consenso entre as partes, foi deliberado que o assunto retornaria ao  
62 COMPUR. A consultora responsável pelo empreendimento propôs a alteração dos ângulos  
63 das vagas para 30º, de forma a não reduzir significativamente o número de vagas do  
64 empreendimento. Porém, a BHTRANS entende que tal proposta não mitiga os impactos na  
65 capacidade viária do trecho e, portanto, mantém a proposta original da Condicionante 11.  
66 Em seu parecer, o relator se manifesta favorável a decisão da BHTRANS de implementar o  
67 estacionamento paralelo à calçada, dada a importância da uniformização do perfil  
68 transversal da Rua Espírito Santo no trecho ocupado pelo empreendimento. Encerrada a  
69 leitura do parecer, os conselheiros Renato Michel, Vereador Bráulio Lara e Luciano  
70 Medrado pediram vistas do processo. O conselheiro Paulo Gomide sugeriu que, como  
71 alternativa para melhoria do fluxo do trânsito naquele trecho da Rua Espírito Santo, fossem  
72 suprimidas as vagas de estacionamento paralelas do lado esquerdo da via. O conselheiro  
73 André Veloso pontuou que, dada a localização central do Minas Tênis Clube I e o perfil de  
74 seus frequentadores, o empreendimento poderia ser acessado a pé e por outros modos de  
75 transporte que não o carro particular, que exige vagas de estacionamento. Findas as  
76 manifestações e considerando os pedidos de vistas, a discussão do item foi adiada para a  
77 próxima reunião do Conselho. **4.2. Matéria: Análise de Relatório de Estudo de Impacto**  
78 **de Vizinhança - REIV Nº 0510/19. Nº do Processo BHDIGITAL: 31.00017527/2021-89.**  
79 **Empreendimento: Centro Universitário UNIBH Estoril. Relatoria: Paulo Sérgio Campos**  
80 **Gomide.** O Diretor de Análise de Licenciamentos Urbanísticos Especiais, Isaac de  
81 Medeiros, apresentou o empreendimento Centro Universitário UNIBH Estoril, localizado na  
82 Avenida Mário Werneck, no Bairro Estoril, na regional Oeste. A universidade oferece cursos  
83 de graduação e pós-graduação, possui um campus com 20 blocos e recebe cerca de  
84 10.000 alunos nos turnos da manhã, tarde e noite. O espaço também pode ser locado por  
85 terceiros para a realização de concursos, casamentos e eventos institucionais. O  
86 empreendimento conta com 135.309,51 m² de área edificada, em um terreno de 135.379,00  
87 m² e com oferta de 1055 vagas de veículos leves. O empreendimento passa por  
88 licenciamento corretivo, devido aos impactos gerados em seu entorno, e com  
89 enquadramento pela Lei 11.181/19 como edificação com mais de 20.000 metros quadrados  
90 e área de estacionamento maior que 10.000 metros quadrados e mais de 400 vagas. Foram  
91 apresentadas as 11 condicionantes do REIV, que em sua maioria visam reduzir os impactos  
92 no tráfego do entorno a partir de alternativas para a movimentação de pessoas e veículos.

93 O Conselheiro Paulo Gomide realizou a leitura do seu parecer que propõe o acréscimo da  
94 Condicionante 12: Fica vedado todo e qualquer tipo evento de shows e similares, em área  
95 externa, ruidosos, divergentes com as atividades previstas do empreendimento, bem como  
96 incompatíveis a vizinhança, que é exclusivamente residencial, bem como faz confrontações  
97 com áreas de preservação permanentes. Nota 12. Por estar inserida na ADE do Buritis,  
98 Área de Proteção APA Sul e Cercadinho, bem como em uma área essencialmente  
99 residencial, seja com habitações unifamiliares e grandes condomínios verticais, faz-se  
100 necessário zelar pela saúde ambiental local. Entende-se por saúde ambiental, a saúde  
101 mental, física e a paz dos moradores e da rica fauna presente (Caxinguelês, Jacus, ouriço  
102 caixeiro, saguis, quatis, tucanos, corujas, Bem-te-vis, sabiás, répteis e muitas outras  
103 espécies que ali habitam). O parecer é favorável a continuidade do processo de  
104 licenciamento urbanístico, desde que acrescida a condicionante apresentada. Finalizada a  
105 leitura do parecer, o Diretor Isaac de Medeiros apresentou o recurso do empreendedor em  
106 relação a Condicionante 10 do REIV, que, por sua vez, solicita a implantação do projeto  
107 viário de melhoria da acessibilidade dos pedestres e a adequação da sinalização horizontal  
108 e vertical. O recurso propõe que a condicionante seja implementada em uma área menor do  
109 que a indicada em sua nota do REIV. O empreendedor justifica que já realizou intervenções  
110 viárias em 2005 para a melhoria do trânsito local. Porém, a SUPLAN contra-argumenta que  
111 os impactos observados são referentes ao ano de 2021 e, portanto, devem ser devidamente  
112 mitigados em toda a área indicada. Aberta a discussão ao Conselho, o conselheiro  
113 Vereador Bráulio Lara expôs algumas propostas realizadas pela Associação de Moradores  
114 da microrregião do empreendimento para melhoria do trânsito no local. Destacou a  
115 importância de se realizar as operações de embarque e desembarque das vans em área  
116 externa ao empreendimento para evitar congestionamentos internos desnecessários.  
117 Salientou que, onde hoje se encontram a UNIBH Estoril e a BHTRANS, originalmente  
118 situava-se a Mendes Júnior, o que justificaria o compartilhamento de acesso hoje utilizado  
119 pela BHTRANS com a UNIBH, assim resolvendo questões de trânsito da região. Por fim,  
120 pediu vistas do processo. O conselheiro Renato Michel também pediu vistas. Fátima  
121 Gottschalg, moradora da região, solicitou que o relator Paulo Gomide ficasse atento à  
122 redação da Condicionante 12 por ele proposta, tendo em vista que frequentemente são  
123 realizados eventos ruidosos internamente ao campus, mas em área aberta, isto é, não  
124 edificada. A representante do empreendimento, Lais Rosa, expôs que a UNIBH pretende  
125 permanecer com o sistema híbrido de ensino após o período de pandemia do covid-19, o  
126 que deve reduzir a quantidade de alunos presentes no campus e, conseqüentemente,  
127 aproximar as características do empreendimento daquelas de 2005, quando medidas de  
128 mitigação já haviam sido implantadas no âmbito de licenciamento ambiental anterior.  
129 Destacou, ainda, que, na ocasião da realização de eventos com maior impacto de ruídos, os  
130 empreendedores têm o cuidado de conversar com a vizinhança imediata e ofertar estadias  
131 em hotéis, caso não tenham desejem permanecer em suas residências durante os eventos.  
132 A representante da BHTRANS, Sayonara Lopes, esclareceu que as medidas propostas no  
133 REIV foram elencadas de acordo com os estudos realizados na área para medir os  
134 impactos causados pela universidade, considerando, inclusive, o cenário causado pela  
135 pandemia da covid-19. Com relação às vans, informou que o posicionamento da BHTRANS  
136 é que as operações de embarque e desembarque sejam feitas internamente ao  
137 empreendimento. O conselheiro Paulo Gomide e a moradora Fátima Gottschalg  
138 manifestaram considerar descabido que os moradores tenham que sair de suas residências  
139 para ter algum conforto durante a realização de eventos no empreendimento. Encerradas as  
140 manifestações e em razão dos pedidos de vistas realizados, a apreciação do item foi adiada

141 para a próxima Reunião do COMPUR. **4.3. Matéria: Apresentação do conselheiro André**  
142 **Henrique de Brito Veloso pelo Movimento Nossa BH sobre o tema “Mapa das**  
143 **Desigualdades da RMBH 2021”**. O conselheiro André Veloso iniciou a apresentação  
144 preparada pelo Movimento Nossa BH, do qual faz parte, sobre o “Mapa das Desigualdades  
145 da RMBH 2021”. O Nossa BH é uma Organização Não Governamental - ONG que surgiu  
146 em 2008 com o objetivo de acompanhar as políticas públicas e a execução orçamentária  
147 em Belo Horizonte. O movimento participa de debates relativos à gestão de resíduos  
148 sólidos, mudanças climáticas, mobilidade urbana, dentre outras questões. Ao longo de sua  
149 atuação, percebeu-se a influência direta das desigualdades sociais e territoriais nos temas  
150 trabalhados e a necessidade de efetivar as legislações que propõem medidas de redução  
151 das desigualdades, como o Novo Plano Diretor de Belo Horizonte. Dada estas demandas, o  
152 Nossa BH elaborou o Mapa das Desigualdades da RMBH 2021, tendo como referência  
153 materiais similares elaborados por duas ONGs parceiras do Movimento: a Casa  
154 Fluminense, da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, e a Rede Nossa São Paulo, do  
155 Município de São Paulo. Para a coleta dos dados sociodemográficos, socioeconômicos e de  
156 mobilidade, tratados no mapa, foram consultados coletivos de diferentes localidades da  
157 Região Metropolitana de Belo Horizonte e atuantes na Rede Mobiliza RMBH. Foram  
158 mapeados 14 municípios da RMBH, correspondentes à área conurbada e que representa  
159 cerca de 90% da população da região. Também foram tratados dados específicos para o  
160 Município de Belo Horizonte. Os indicadores sociodemográficos dos mapas contemplam:  
161 população; proporção de mulheres; proporção de população negra/preta/parda; proporção  
162 de mulheres negras; proporção de domicílios cujo responsável é mulher; IDH; renda média;  
163 diferença de renda média entre homens e mulheres, brancos e negros, e homens brancos e  
164 mulheres negras. Já os indicadores de mobilidade, com recorte apenas no Município de  
165 Belo Horizonte, contemplam: calçadas; número de parada de ônibus a cada 1000  
166 habitantes por bairro; frequência de paradas de ônibus por dia útil, por domingos e feriados,  
167 de baixa frequência por bairro; localização de acidentes de trânsito em BH; tempo médio  
168 mínimo por transporte público até o estabelecimento de saúde de alta complexidade mais  
169 próximo. O conselheiro apresentou alguns mapas do projeto que mostram a relação direta  
170 entre as desigualdades de renda e raça. A população negra se concentra nas periferias da  
171 RMBH, onde a renda média é baixa, principalmente se comparada aos bairros onde se  
172 concentram a população branca e de maior renda. Outro mapa apresentado diz respeito ao  
173 número de pontos de ônibus de baixa, média e alta frequência, de acordo com dados  
174 fornecidos pela BHTRANS. Nos fins de semana e feriado a frequência de ônibus é reduzida,  
175 o que impede a mobilidade no espaço urbano de pessoas que não têm acesso a outro meio  
176 de transporte. Tal contexto levanta a discussão a respeito da demanda criada e reforça as  
177 desigualdades sociais e territoriais na cidade. Em relação ao despendido tempo nos  
178 transportes públicos, a população da periferia precisa passar por mais baldeações para  
179 acessar equipamentos e serviços públicos. O conselheiro reforçou a necessidade de criar  
180 políticas públicas que beneficiem as áreas de baixa renda e a população mais vulnerável da  
181 cidade, dentre esta as mulheres, os negros, a população LGBTQIA+, os idosos, os jovens e  
182 as pessoas com deficiência, e a importância de se explicitar as vulnerabilidades dessas  
183 populações. A representante do Nossa BH, Luana Costa, deu prosseguimento a  
184 apresentação. Ela destacou que o espaço urbano reflete as desigualdades sociais  
185 estruturadas historicamente no Brasil, a partir da segregação de povos pretos, indígenas,  
186 mulheres, dentre outros grupos. Em Belo Horizonte, território apresentado nos mapas, as  
187 desigualdades raciais são evidenciadas a partir do lugar que a população composta por  
188 mulheres negras ocupa, nas periferias da cidade, também pela escassez de políticas

189 públicas destinadas a estas áreas. Em relação ao debate sobre a mobilidade urbana, Luana  
190 Costa exemplificou como as políticas públicas beneficiam áreas da cidade com maior renda,  
191 com a população majoritariamente branca, composta por homens e adultos. Sendo assim,  
192 grande parte da população que não se enquadra neste perfil enfrenta diversos problemas  
193 para acessar os espaços da cidade e tampouco é incluída nos debates sobre a elaboração  
194 destas políticas. Destacou a importância de se territorializar os indicadores das políticas  
195 públicas para garantir que sejam feitas para atender o público que mais necessita delas. O  
196 Mapa das Desigualdades da RMBH propõe abrir este debate, para que novas políticas  
197 públicas busquem mitigar as desigualdades sociais e territoriais existentes em Belo  
198 Horizonte e no seu entorno. Finalizada a apresentação, o conselheiro José Júlio  
199 parabenizou o trabalho realizado pelo Nossa BH e destacou a importância da política de  
200 desenvolvimento urbano das centralidades, proposta no Novo Plano Diretor de Belo  
201 Horizonte, que permite que parte do valor arrecadado pelo Município na venda de Outorga  
202 Onerosa do Direito de Construir seja investido na qualificação de áreas periféricas para a  
203 conformação de novas centralidades, de modo a permitir que os serviços essenciais não  
204 estejam concentrados apenas nas regiões de maior renda da cidade. Em seguida, a  
205 conselheira Lisandra Silva citou algumas políticas municipais promovidas pela  
206 Subsecretaria de Direitos de Cidadania que visam a reparação das desigualdades sociais  
207 em Belo Horizonte e destacou a importância da integração destas políticas aos debates  
208 sobre as questões urbanas do Município. O conselheiro Vereador Bráulio Lara propôs que  
209 os mapas acrescentassem o debate sobre a educação, por se tratar de importante elemento  
210 na promoção da igualdade, ao transmitir valores e habilidades necessários para que se  
211 possa aproveitar das oportunidades disponíveis na sociedade. Também argumentou que os  
212 investimentos devem ser aplicados em todas da cidade, tendo em vista que devem ser  
213 promovidas melhorias para a população como um todo. A conselheira Françoise Souza  
214 contra-argumentou que as políticas públicas devem buscar a equidade, ou seja, tentar  
215 reparar as desigualdades existentes entre diferentes áreas da cidade por meio de  
216 investimentos naquelas mais necessitadas. Relatou o histórico da formação da cidade de  
217 Belo Horizonte que, desde a sua concepção no Século XIX, promoveu a segregação  
218 socioespacial e racial. Ressaltou, ainda, os trabalhos desenvolvidos pela Secretaria  
219 Municipal de Cultura para dar visibilidade para a cultura afro-brasileira e indígena existente  
220 na cidade de Belo Horizonte. O conselheiro André Veloso expôs que as pessoas, sobretudo  
221 os homens brancos, precisam repensar os lugares que ocupam na sociedade e as  
222 opressões estruturais reproduzidas em suas falas e ações, de forma a contribuir para a  
223 redução das desigualdades raciais e de gênero. O conselheiro Luciano Medrado questionou  
224 o porquê de os mapas não apresentarem dados sobre crianças, jovens e idosos, níveis de  
225 escolarização e profissionalização, além de não terem incluído as cidades de Ribeirão das  
226 Neves e Esmeraldas. Também perguntou qual seria a diferença entre os indicadores da  
227 população negra e da população preta. O conselheiro Rafael Rangel, parabenizou o  
228 trabalho realizado pelo Nossa BH e lamentou a desatualização dos dados usados, do ano  
229 de 2010, devido ao descaso do Poder Público quanto a realização do Censo Demográfico, o  
230 que também dificulta o trabalho de diversos setores da Prefeitura de Belo Horizonte. A  
231 representante do Nossa BH, Luana Costa, esclareceu que a atualização dos dados por um  
232 novo censo poderia mostrar desigualdades ainda maiores no Município, causadas pelo  
233 período de pandemia do covid-19. Em relação às perguntas realizadas pelo conselheiro  
234 Luciano Medrado, Luana Costa respondeu que as categorias de análise dos mapas foram  
235 escolhidas para esta primeira versão apresentada, mas é pretendido que haja atualizações  
236 e acréscimo de outras análises ao longo da realização do projeto. Sobre a exclusão de

237 algumas cidades, esclareceu que os Municípios apresentados são apenas aqueles que  
238 possuem atuação dos coletivos da Rede Mobiliza RMBH. Já em relação à diferenciação de  
239 pretos e negros, explicou que esta divisão é adotada pelo IBGE, sendo que a categoria de  
240 negros considera também os pardos. O conselheiro André Veloso retificou que o Município  
241 de Ribeirão das Neves está nos mapas. Finalizadas as manifestações, o conselheiro José  
242 Júlio agradeceu a apresentação e parabenizou novamente o trabalho realizado pelo Nossa  
243 BH. Destacou a importância de tais debates no âmbito do Conselho, tendo em vista que a  
244 política urbana existe para promover um ambiente urbano equilibrado, e que o equilíbrio  
245 necessariamente passa pela redução das desigualdades. **5. Assuntos Gerais** Encerradas  
246 as manifestações, o conselheiro José Júlio agradeceu a participação de todos e deu  
247 encerramento à reunião.